



Câmara aprova recursos para educação e arquiva PEC 37 | 3 e 4



NILSON BASTIAN

Por emenda de Plenário, parte dos recursos dos royalties será destinada à saúde; a rejeição da PEC 37, por 430 votos, foi acompanhada por manifestantes nas galerias

CCJ admite PEC que inclui os transportes entre direitos sociais | 5

Aprovada MP com recursos contra seca; verba para Copa é vetada

Congresso deve votar proposta de plebiscito sobre reforma política

Comandante da PM-DF defende uso de armas não letais em protestos



LEIA ESTA EDIÇÃO NO CELULAR

Saiba como | 8

Created by Steele Agency

MP 611 abre crédito de R\$ 3,96 bi, a maior parte para atender vítimas da estiagem no Semiárido. Foi retirada do texto autorização de gastos de R\$ 43 milhões em telecomunicações para a Copa. | 4

Em reunião no Palácio do Planalto com Henrique Alves e Renan Calheiros, houve entendimento para que Dilma Rousseff envie ao Congresso proposta de convocação de plebiscito sobre o tema. | 2

Na Comissão de Segurança, a comandante do Batalhão da Polícia de Choque do Distrito Federal disse que esse tipo de arma deve ser usado para conter os excessos nas manifestações. | 8

PACTO NACIONAL | Henrique Alves e Renan Calheiros participaram de reunião com a presidente Dilma Rousseff

Reforma política pode ter plebiscito

A presidente da República, Dilma Rousseff, deve encaminhar ao Congresso Nacional proposta de convocação de um plebiscito sobre a reforma política, e não mais uma assembleia constituinte exclusiva para tratar do assunto. A ideia é que a população se pronuncie sobre os pontos polêmicos da reforma.

Em reunião com os presidentes da Câmara, Henrique Eduardo Alves, e do Senado, Renan Calheiros, e o vice-presidente da República, Michel Temer, houve o entendimento para a realização do plebiscito, em resposta às manifestações populares ocorridas nas últimas semanas.

A Câmara é contrária à criação de uma assembleia constituinte para discutir a reforma política, afirmou o presidente Henrique Eduardo Alves, que se reuniu pela manhã com os líderes partidários para discutir o assunto. A presidente Dilma tinha feito essa proposta em uma reunião com governadores e prefeitos na segunda-feira, mas voltou atrás depois de uma reunião com a presidência da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), ontem.

“A Câmara não quer reforma política via constituinte específica até porque retardaria mais ainda uma proposta sobre a qual esta Casa tem o dever de decidir, de debater. Em momento algum esta Casa pensou em aceitar”, disse Alves.

“Nós queremos votar a reforma política, até assumo um pouco de responsabilidade. Pautei em abril (um projeto de reforma), me frustrei por-



Henrique Alves: reunião de propostas da sociedade civil para votar no 2º semestre

que não consegui. Esta Casa vai reunir as propostas vindas da sociedade civil, reuni-las para votar no segundo semestre”, afirmou o presidente.

De acordo com Henrique Alves, as manifestações populares indicam uma insatisfação generalizada da população por serviços públicos de qualidade. Ele disse que a Câmara precisa estar “antendada” para ouvir as demandas das ruas por uma atuação mais enérgica do Legislativo.

Plebiscito - Segundo Henrique Eduardo Alves, com o plebiscito, só depois da manifestação da sociedade é que os projetos de lei e as propostas de emenda à Constituição relativos à reforma política seriam votados

no Congresso. “Pedimos que a presidente sugerisse aqueles pontos que considera fundamental, nós aqui faríamos a análise dessas questões, formularíamos uma proposta para levar ao plebiscito para ter a manifestação popular. Seriam as questões polêmicas da reforma política, as questões pontuais mais importantes para que o povo se manifeste sobre elas. Haveria uma campanha esclarecedora do TSE e, após a manifestação popular, nós elaborariamos uma proposta de reforma política”, afirmou.

Alves não quis antecipar quais seriam esses pontos e disse que a própria presidente iria fazer sugestões assim como deputados e senadores e, após a

consulta à sociedade, os temas aprovados seriam votados em projetos de lei ou propostas de emenda à Constituição.

Esse formato foi sugerido pelo vice-presidente Michel Temer, que contou com o apoio dos demais participantes da reunião no gabinete presidencial.

Entre outros, são pontos polêmicos da reforma política: financiamento público de campanha, voto distrital, voto em lista fechada, coincidência de mandatos para os poderes Executivo e Legislativo.

“A Câmara precisa estar antendada para ouvir as demandas das ruas por uma atuação mais enérgica do Legislativo.”

Henrique Eduardo Alves

Reunião com a oposição - O presidente do Senado, Renan Calheiros, considera que o plebiscito vai possibilitar o avanço da reforma política. Ele informou que a presidente deve encaminhar a proposta o mais rapidamente possível e deve se reunir, inclusive, com a oposição para debater o assunto.

“Ela está focando a reforma política e eu disse que, se a proposta for pormenorizada, formatada, ela facilitará muito o trabalho do Congresso Nacional. Há uma consciência do Congresso de que precisamos entregar ao País uma nova política.”

AGENDA

QUARTA-FEIRA
26 de junho de 2013

Rumos da economia

As comissões de Finanças e Tributação; de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; de Fiscalização Financeira e Controle; e

de Comissão de Viação e Transportes promovem debate sobre as perspectivas da economia brasileira. É convidado o ministro da Fazenda, Guido Mantega. Plenário 2, 9h

Terra indígena

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural faz audiência para discutir os processos de identificação, delimitações e demarcações de

terras indígenas no País”. É convocado o ministro Gilberto Carvalho. Auditório Nereu Ramos, 10h

Mercado de energia

A Comissão de Minas e Energia debate a ampliação do mercado livre de energia elétrica. São convidados o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão; o diretor da Aneel, Romeu Donizete Rufino; e presidentes de associações do setor.

Conselho de Ética

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara reúne-se para discussão e votação do parecer do relator, deputado Ronaldo Benedict (PMDB-SC), quanto ao pedido de sobrestamento do de representação contra o deputado Carlos Alberto Lereia (PSDB-GO) em sua defesa escrita. O pedido é feito pelos advogados de Lereia. Plenário 11, 14h

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - 54ª Legislatura

Presidente: **Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)**

1ª Vice-Presidente
Andre Vargas (PT-PR)

2ª Vice-Presidente

Fábio Faria (PSD-RN)

1º Secretário

Marcio Bittar (PSDB-AC)

2º Secretário

Simão Sessim (PP-RJ)

3º Secretário

Maurício Quintella Lessa (PR-AL)

4º Secretário

Biffi (PT-MS)

Suplentes: **Gonzaga Patriota (PSB-PE), Wolney Queiroz (PDT-PE), Vitor Penido (DEM-MG) e Takayama (PSC-PR)**

Ouvidor Parlamentar: **Nelson Marquezelli (PTB-SP)**

Procurador Parlamentar: **Claudio Cajado (DEM-BA)**

Corregedor Parlamentar: **Átila Lins (PSD-AM)**

Presidente do Centro de Estudos e Debates Estratégicos: **Inocêncio Oliveira (PR-PE)**

Diretor-Geral: **Sérgio Sampaio de Almeida**

Secretário-Geral da Mesa: **Mozart Vianna de Paiva**

SECOM - Secretaria de Comunicação Social

Diretor: **Sérgio Chacon (61) 3216-1500**

secom@camara.leg.br

Jornal da Câmara

Diretor de Mídias Integradas

Frederico Schmidt

Coordenador de Jornalismo

Antônio Vital

jornal@camara.leg.br | Redação: (61) 3216-1660 | Distribuição e edições anteriores: (61) 3216-1827

Impresso na Câmara dos Deputados (DEAPA)



Diagramadores

Gilberto Miranda

Roselene Guedes

Ilustrador

Renato Palet

PLENÁRIO | Rejeição à proposta aumentou depois das manifestações populares das últimas semanas

Câmara rejeita PEC 37; texto será arquivado

O Plenário rejeitou ontem, por 430 votos a 9, com 2 abstenções, a Proposta de Emenda à Constituição 37/11, do deputado Lourival Mendes (PTdoB-MA), que atribuía exclusivamente às polícias Federal e Civil a competência para a investigação criminal. A fim de facilitar a derrota da proposta, os deputados votaram apenas o texto principal, prejudicando o texto da comissão especial. De acordo com a PEC, o Ministério Público poderia ser impedido de realizar investigações criminais por conta própria e deveria atuar apenas como titular da ação penal na Justiça.

O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, destacou que a

proposta foi pautada em Plenário por acordo fechado entre todos os líderes partidários. “Os líderes poderiam ter optado por adiar, mas decidiram votar esta noite”, declarou.

O substitutivo do deputado Fábio Trad (PMDB-MS), apresentado na comissão, originalmente permitia ao Ministério Público investigar, em conjunto com as polícias, os crimes contra a administração pública – como corrupção – e delitos praticados por organizações criminosas. Entretanto, o texto final da comissão decorreu da aprovação de um destaque do deputado Bernardo Santana de Vasconcellos (PR-MG), que impedia definitivamente a atuação do Mi-

nistério Público nas investigações.

De acordo com Vasconcellos, o texto da Constituição deixa claro que a competência para investigar crimes é das polícias Civil e Federal. “Houve alguns erros de interpretação durante os anos. Uma pessoa não pode, ao mesmo tempo, investigar e oferecer denúncia”, defendeu o deputado no momento de votação do destaque na comissão.

Para Lourival Mendes, a proposta não poderia ser rotulada como “PEC da Impunidade”. “Ela garante o Estado de Direito, mantendo a estabilidade jurídica do Brasil, impedindo que as investigações subam para o Supremo com base na inconstitucio-

nalidade de seus atos”, disse.

Tentativas - Devido às divergências entre delegados e promotores, o presidente Henrique Eduardo Alves, criou, em maio deste ano, um grupo de trabalho técnico para aperfeiçoar a proposta. O grupo foi criado no dia 30 de abril, depois de uma reunião entre o presidente da Câmara; o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo; e representantes do Ministério Público, da Polícia Federal e da Polícia Civil. Depois de várias reuniões, os integrantes não conseguiram chegar a um texto de consenso, e o nível de rejeição à proposta aumentou após o tema ganhar as ruas nos protestos populares.



Para facilitar a derrota da proposta, os deputados votaram apenas o texto principal; galerias do Plenário foram ocupadas por manifestantes contrários à PEC

Decisão de votar foi de todos os partidos, diz presidente

Durante os debates relativos à votação da PEC 37, o presidente Henrique Eduardo Alves, destacou que a proposta foi pautada em Plenário por acordo fechado entre todos os líderes partidários. “A PEC está sendo votada por decisão unânime dos líderes, foi decidido por todos eles, que poderiam ter optado por adiar, mas decidiram votar esta noite e assim está acontecendo”, declarou.

Alves afirmou que a decisão do Plenário significa o “reencontro” dos deputados com as ruas. “Nós somos parlamentares que vêm das ruas do Brasil. Então, temos que estar atentos ao que elas dizem para esta Casa fazer o que o povo brasileiro quer.”

A declaração foi uma resposta ao líder do Psol, deputado Ivan Valente (SP), que havia dito anteriormente que “a maioria dos deputados era a favor da PEC, tanto que ela foi aprovada [em sua admissibilidade] pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania” e que havia sido o “clamor das ruas” que tinha feito com que o tema fosse pautado pelo Plenário.

O líder do DEM, deputado Ronaldo Caiado (GO), argumentou na mesma linha do presidente e disse que todos os líderes partidários foram “sensíveis à argumentação” e puderam “ponderar com suas bancadas, mostrar a necessidade da rejeição

da PEC, sem ter que crucificar quem quer que seja, sem ter que denegrir a trajetória de nenhum parlamentar”.

Outros projetos - O líder do PMDB, deputado Eduardo Cunha (RJ), lembrou que haverá outra discussão para regulamentar a investigação criminal no Brasil. “O tema não termina [com a rejeição da PEC], vamos ter que buscar uma proposta em que todos ganhem, a sociedade seja vitoriosa no combate à criminalidade de toda natureza. Ninguém quer acabar com o poder de ninguém investigar, queremos todos combatendo a criminalidade”, afirmou.

Diante da massiva oposição e dos pedidos pela rejeição da pro-

posta por parte de manifestantes presentes nas galerias do Plenário, o autor da PEC, deputado Lourival Mendes (PTdoB-MA), tentou defender a proposta. Segundo o deputado, o apelido de PEC da Impunidade foi um “acidente de percurso”, pois sua intenção teria sido “assegurar o direito do cidadão, os direitos e garantias individuais, fortalecer o Estado de Direito e o equilíbrio jurídico do País”.

Fim do voto secreto - O presidente da Câmara afirmou que, depois da rejeição da PEC 37, o compromisso, até o final deste período legislativo, é votar o fim do voto secreto para cassação de mandatos.

PETRÓLEO | Pelo projeto, 75% dos recursos beneficiarão educação pública, com prioridade para o ensino básico

Royalties também irão para saúde

A Câmara aprovou ontem o Projeto de Lei 323/07 para destinar os recursos dos royalties do petróleo à educação pública, com prioridade para a educação básica, e à saúde. O texto foi aprovado na forma de um substitutivo do deputado André Figueiredo (PDT-CE), que precisa ser votado ainda pelo Senado.

O texto prevê o uso de recursos dos contratos já existentes, contanto que os poços entrem em operação comercial após 3 de dezembro de 2012. Isso abrangeria vários contratos atuais de blocos de exploração que ainda não chegaram a essa fase, em que o poço começa a produção em escala comercial.

Para a educação serão destinados 75% dos recursos, e 25% irão para a saúde, segundo emenda do líder do DEM, deputado Ronaldo Caiado (GO).

A base usada pelo relator foi o Projeto de Lei 5500/13, do Executivo, que tramita com urgência constitucional e trancava os trabalhos.

“Com o substitutivo, poderemos valorizar mais os professores com recursos a curto e a médio prazo, sem precisarmos esperar dez anos para usar o dinheiro do pré-sal”, afirmou o relator. Para Caiado, prevaleceu o bom senso. “Não fizemos um repasse indefinido do Fundo Social a essas áreas e resgatamos o compromisso desta Casa para atender a educação e também a saúde”, afirmou.

Exploração comercial - Cálculos do relator indicam que o total de recursos à disposição dessas áreas aumentaria de R\$ 25,8 bilhões para R\$ 335,8 bilhões ao longo de dez



Emenda modificou a proposta original, destinando 25% dos recursos para o setor

anos (2013 a 2022).

Outra fonte de recursos para a educação prevista no relatório é o Fundo Social do pré-sal, criado pela lei que regulamentou a exploração do petróleo nessa camada geológica.

De acordo com o projeto do governo, seriam usados para a educação 50% dos rendimentos desse fundo – para o qual devem ser destinados os royalties e a participação especial da União referentes ao petróleo do pré-sal extraído sob o regime de concessão.

O substitutivo de Figueiredo determina o uso de 50% de todos os recursos recebidos pelo fundo nesse setor e não apenas metade de seus rendimentos. Entretanto, nas últimas negociações antes da votação,

ele impôs um limite ao uso desse dinheiro: até que sejam alcançadas as metas do Plano Nacional de Educação, que prevê o alcance de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) aplicados na educação.

FPE - Também foi aprovado, às 01h40, o Projeto de Lei Complementar 288/13, de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Uma emenda ao texto determina que eventuais desonerações concedidas quanto a esses tributos não serão consideradas no cálculo do repasse. Outra obriga a União a compensar financeiramente os estados que perderem recursos com os novos critérios de rateio previstos no projeto. O texto retorna ao Senado.

Líder do governo discorda de texto sobre fundo social

O líder do DEM, deputado Ronaldo Caiado (GO), elogiou o acordo, declarando que ele foi construído de forma “responsável” e foi fruto do que já havia sido aprovado no Plano Nacional de Educação que é atingir 10% do PIB até o ano de 2020, fazendo com que o fundo social e o repasse dos royalties sejam utilizados até alcançar esse patamar.

Já o líder do governo, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), criticou a mudança, argumentando que havia outras formas de alcançar os 10% do PIB para a educação que não fossem utilizando os repasses do fundo social. “Quem disse que só essa medida garante os 10% do PIB?”, questionou.

Ele também acredita que a emenda do relator, autorizando o uso de recursos dos contratos já existentes, contanto que os poços entrem em operação comercial após 3 de dezembro de 2012, poderá ser derrubada no Judiciário, pois há risco de quebra de contratos – o texto do governo (PL 5500/13) previa as novas regras apenas para os contratos assinados a partir dessa data, dia da publicação da lei com novas normas de rateio entre os estados.

“Isso pode resultar em determinação do Judiciário para anular nossa decisão. Fatalmente vai repercutir em contratos já assinados. Estou fazendo o alerta porque essa decisão pode derrotar todo o projeto, inclusive o que iria para educação”, disse.

COPA | Destaque derrubou R\$ 43 milhões que iriam para tecnologia da informação e telecomunicações na Copa

Aprovada MP que destina verba para combate à seca

Também foi aprovada ontem a Medida Provisória 611/13, que concede crédito extraordinário de R\$ 3,96 bilhões aos ministérios das Comunicações, do Desenvolvimento Agrário, da Defesa e da Integração Nacional. A maior parte do dinheiro será voltada ao atendimento das populações atingidas pela estiagem no Semiárido brasileiro. O texto seguirá para o Senado.

Os recursos destinados ao Ministério das Comunicações (R\$ 43 milhões) foram rejeitados por meio de um destaque do PPS. A oposição quis atender aos protestos das recentes manifestações nas ruas contra o investimento de dinheiro público nesses torneios.

Todos os partidos da base aliada, menos o PT, também votaram contra os recursos.

O dinheiro estava previsto para a contratação de serviços de tecnologia da informação e telecomunicações, como transmissão de vídeo e transporte de dados durante a Copa das Confederações 2013 e a Copa do Mundo 2014.

O fornecimento dessa infraestrutura foi compromisso do Brasil na candidatura a esses torneios, incluindo a totalidade da rede, seus equipamentos e as comunicações de telefone, dados, áudio e vídeo necessários para as competições.

O líder do PPS, deputado Rubens Bueno (PR), defendeu a rejeição das verbas por considerar que a MP não respeitou o critério de imprevisibilidade, conforme determina a Constituição. “A garantia [à Fifa] foi assinada em 2007, estamos em 2013, houve tempo suficiente para isso”, declarou.

Dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do governo federal indicam que cerca de 77% desse dinheiro foram empenhados, ou seja, comprometido para os pagamentos a que se destinam.

Efeitos jurídicos - Segundo a Consultoria de Orçamento da Câmara, se a MP for convertida em lei sem esses

recursos para o ministério, o gestor deverá cancelar o empenho, e o Congresso definirá os efeitos jurídicos que decorrerem dele (contratos de licitação, por exemplo).

Caso a MP não seja aprovada dentro do prazo de sua vigência (até 15 de agosto), o destaque não terá produzido efeitos, pois a MP tem eficácia de lei desde sua edição e qualquer mudança somente se efetiva quando ela for sancionada.

Assim, nessa última situação, os valores empenhados e ainda não pagos terão de ser estornados porque não haverá mais amparo legal para o pagamento.

DISCURSOS

Reguffe: a democracia representativa está em crise

Ao defender uma reforma política “profunda”, o deputado Reguffe (PDT-DF) destacou na tribuna sete propostas que, em sua opinião, “mudariam a cara da política no País”. O parlamentar afirmou que a democracia representativa está em crise, e que as pessoas não se consideram representadas pelos mandatos legalmente constituídos. De acordo com ele, as manifestações ocorridas em todo o País trazem alento e esperança, mas não podem incorrer no erro de criminalizar a atividade política.

“Concordo com todas as reivindicações das ruas. Todas elas já foram objetos de pronunciamentos meus aqui neste Plenário. O País está desse jeito porque muita gente deixou de se indignar ao longo do tempo, mas não podemos criminalizar a atividade política. A sociedade não sabe o mal que vai fazer a ela mesma se criminalizar uma atividade tão importante para sua defesa, que não vem sendo bem exercida, mas que é fundamental”, disse.

As propostas de reforma políti-



Gustavo Lima

Reguffe: criminalizar política é perigo

ca sugeridas por Reguffe envolvem o fim da reeleição para cargos do Executivo e o limite de uma única reeleição para o Legislativo; a instituição do voto facultativo e fim do voto obrigatório; instituição do voto distrital; instituição de um sistema de revogabilidade de mandatos; proibição de doações privadas para as campanhas, com financiamento público exclusivo; e a possibilidade de candidaturas avulsas sem filiação partidária.

Parlamento merece crítica das ruas, diz Plínio Valério

“Este Parlamento tem feito por merecer as críticas que tanto tem recebido”, avaliou o deputado Plínio Valério (PSDB-AM), que destacou em Plenário as manifestações em Manaus, onde, segundo ele, reuniram-se pacificamente mais de 100 mil pessoas.

“O povo foi às ruas porque já não aguentava mais, e foi dizer o que pensa, e foi dizer o que quer. Ignorar o recado das ruas é a mesma coisa que um paciente ignorar o remédio receitado”, observou. De acordo com o parlamentar, entre diversas reivindicações, a população protesta contra a corrupção, a impunidade, a alta carga tributária, a violência urbana e contra a mídia “vendida e tendenciosa”.

Plínio Valério defendeu a inclusão da reforma política na pauta de votações e disse que o País precisa reformar também o Judiciário. “Justiça que tarda não é justiça. Justiça que tarda falha. Não podemos criticar apenas o Parlamento. Entre os três Poderes, o mais democrático é o Legislativo. Tirem o Legislativo e isso vira uma ditadura”, declarou.

A importância dos partidos políticos foi destacada por Plínio Valério. “Em uma democracia não se



Layzer Tomaz

Plínio Valério: reforma também no Judiciário

chega ao poder senão pelos partidos. Tirem os partidos da democracia, coloquem alguém no poder, e isso será chamado de ditadura. É preciso partido político. Não gostam dos que estão aí? Fundem um novo”, afirmou.

O deputado criticou ainda o que chamou de “ditadura da liderança no Parlamento”. Na opinião de Plínio Valério, os deputados ficam “à mercê das decisões do Colégio de Líderes, que detém a prerrogativa de decidir a pauta”.



Luiz Alves

Pelo texto, governo deixará de ser mero gestor da relação entre empresas e passageiros

CCJ | Proposta ainda terá o mérito examinado

Comissão admite PEC que equipara transporte a saúde e educação

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) aprovou ontem a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 90/11, que inclui o transporte no grupo de direitos sociais, destinados a todas as pessoas, estabelecidos pela Constituição.

A proposta, apresentada pela deputada Luiza Erundina (PSB-SP), recebeu parecer favorável do relator, deputado Beto Albuquerque (PSB-RS), e ainda será analisada quanto ao mérito por comissão especial a ser criada. Em seguida, no Plenário, será votada em dois turnos.

Líder do PSB, Albuquerque disse que tentará conversar com o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, para que a comissão especial que examinará o assunto seja instalada o mais rapidamente possível. Erundina afirmou esperar “prontidão” de Alves em relação à matéria.

Manifestações - Vários deputados da CCJ se manifestaram favoravelmente à PEC com o argumento de que ela é atual, em razão de as melhorias no transporte público e sua gratuidade serem umas das bandeiras dos recentes protestos realizados pela população em todo o País.

A aprovação da PEC, inclusive, já havia sido defendida na segunda-feira (24) por representantes do Movi-

mento Passe Livre, em reunião com a presidente Dilma Rousseff. Na opinião dos manifestantes, o transporte é um direito, da mesma forma que a saúde e a educação, e deve receber investimentos do governo federal.

Em seu voto, Beto Albuquerque acompanhou o argumento de Erundina de que a inclusão do transporte no rol dos direitos sociais garantirá prioridade às políticas públicas do setor. Segundo ele, com a medida, o governo deixará de ser um mero gestor da relação entre empresas e passageiros e poderá ouvir sugestões da sociedade para baratear e melhorar o serviço. “O poder público terá agora que ter políticas de alocação de recursos para que o transporte seja digno, como se quer que sejam dignas a saúde e a educação”, afirmou Albuquerque.

Luiza Erundina acrescentou que a proposta permitirá ainda ao cidadão recorrer à Justiça caso o direito não seja adequadamente atendido.

Direitos sociais - Atualmente, a Constituição enumera 11 direitos referentes a aspectos relevantes da vida em sociedade. São eles: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade, proteção à infância e assistência aos desamparados.



Dados mostram que, em um ano, 1.250 pessoas morreram em hospitais psiquiátricos

SAÚDE | Instituições têm estrutura inadequada e oferecem tratamento isolando o paciente

Internação é obstáculo na reforma psiquiátrica, dizem debatedores

Milhares de pessoas continuam morando em hospitais psiquiátricos. São 10.570 pacientes internados há mais de um ano em 162 instituições psiquiátricas, apesar de a Lei 10.216/01 prever a internação como último recurso no tratamento de transtornos mentais. O tema foi debatido ontem, em audiência pública na Comissão de Seguridade Social e Família.

Alfredo Schechtman, do Departamento Nacional de Auditoria do SUS, mostrou que, conforme pesquisa do órgão de 2011, entre 189 instituições psiquiátricas, 101 mantêm estrutura inadequada, quanto a recursos humanos, equipamentos ou planos de atendimento individualizado dos pacientes. Dos hospitais pesquisados, 75% são privados, com fins lucrativos

ou beneficentes, e 25% públicos. Entre janeiro de 2010 e janeiro de 2011, 1.250 pessoas morreram nessas instituições, sendo que metade delas não teve a causa da morte bem definida.

Desafio - Uma das bases da reforma psiquiátrica de 2001 está na substituição gradativa do modelo de tratamento em hospitais para um atendimento em comunidade, sem isolamento e mais humanizado. Segundo Maria Fernanda Nicacio, da área técnica de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde, de 2010 a 2012, o número de leitos nesses hospitais caiu de 32.735 para 29.958. “Mas o quadro ainda é desafiador”, admitiu.

O ministério, segundo Maria Fernanda, tem aumentado o custeio de Centros de Atenção Psicossocial (Caps)

e de Serviços Residenciais Terapêuticos e diminuído os recursos para hospitais psiquiátricos. Ao todo, já são quase dois mil Caps no País.

Mesmo nos Caps, contudo, o atendimento tem problemas, disse a coordenadora do grupo de trabalho sobre saúde mental da comissão, deputada Érika Kokay (PT-DF). “Há um paradoxo: serviços que vêm para suprir ou superar o manicômio, estão sendo impregnados pela estrutura manicomial”, avaliou. Kokay defendeu que o grupo de trabalho analise denúncias envolvendo hospitais de custódia, que abrigam criminosos com transtornos mentais. Ela também quer investigar internações compulsórias, autorizadas por decisão judicial.

SESSÃO SOLENE | Instituição criada em 1809, em Brasília desde 1965, completa 204 anos

Deputados homenageiam PM-DF

A Câmara dos Deputados homenageou com sessão solene a Polícia Militar do Distrito Federal, que, criada no Rio de Janeiro em 1809 e transferida para Brasília em 1965, completa 204 anos. O presidente da Casa, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), encaminhou pronunciamento elogiando a corporação.

“Essa homenagem é importante para que se transmita à corporação o justo reconhecimento ao valor do seu trabalho, sobretudo neste momento, quando os policiais militares enfrentam a difícil tarefa de controlar os ânimos por vezes mais exaltados dos participantes dos protestos que nos últimos dias tomaram as ruas das prin-

cipais cidades”, disse.

Para Alves, deve-se louvar o desempenho da PM-DF, que é a responsável por assegurar que o direito de manifestação seja exercido nos limites legais. “Ao fazê-lo de forma equilibrada, os policiais militares atuam como representantes dos interesses da sociedade, que repudia a violência, o vandalismo, a depredação do patrimônio público e a negação do direito de ir e vir”, declarou.

Dedicação - O deputado Izalci (PSDB-DF), que sugeriu a realização da homenagem, afirmou que a PM-DF vem exercendo com competência e dedicação seu papel de guardião da segurança da população e do patrimônio da

capital do País. “Sei que são momentos tensos e difíceis, sobretudo para a PM, a quem cabe proteger o cidadão e o patrimônio público. Diariamente leio depoimentos de jovens nas ruas que elogiam a atuação da PM e são em geral carinhos com a corporação”, disse.

O deputado Luiz Pitiman (PMDB-DF) homenageou as mulheres que fazem parte da corporação. A deputada Jaqueline Roriz (PMN-DF) afirmou que o Distrito Federal tem a melhor PM do País. “São homens e mulheres que não fogem à luta”. Já o deputado Ronaldo Fonseca (PR-DF) destacou que a PM deve ser parabenizada pela maneira com que tem administrado a crise na capital.

PINGA-FOGO

Manifestações

As manifestações contra o aumento do valor das tarifas de transportes coletivos foram defendidas por Luiza Erundina (PSB-SP). Para a deputada, não é justo o usuário arcar sozinho com os custos do transporte público. Ela ressaltou a importância de se adotar o passe livre, que prevê a gratuidade nos transportes coletivos. Para tentar solucionar o problema do setor, Erundina apresentou proposta, admitida ontem pela CCJ, para incluir o transporte público de qualidade no rol de direitos sociais previstos na Constituição.

*

Chico Alencar (PSOL-RJ) elogiou a juventude de Fortaleza que, como forma de protesto, não compareceu ao jogo do Brasil na última quarta-feira (19). O deputado disse que torce pela seleção, mas apoia as manifestações em todos os estados. Ele sugeriu que os deputados façam uma carta aberta aos manifestantes, para ouvir o clamor das ruas e reduzir o abismo que existe entre a população e seus representantes. Para Alencar, os partidos se tornaram máquinas de coletar votos, “e isso precisa ter fim”.

Mulheres em marcha

Janete Rocha Pietá (PT-SP) repudiou a forma violenta, se- segundo ela, como duas jovens foram presas durante a terceira edição da Marcha das Vadias, ocorrida no fim do mês passado, em São Paulo. Criado no Canadá, o movimento, disse a parlamentar, é uma resposta contra os abusos sofridos pelas mulheres do mundo todo. Na avaliação da parlamentar, é preciso garantir o direito de expressão da juventude. Ela lembrou que a Câmara dos Deputados aprovou o estatuto que garante o direito dos jovens expressarem seus ideais políticos e religiosos.

Royalties para educação

Fernando Marroni (PT-RS) defendeu a necessidade de serem investidos mais recursos para melhorar a qualidade da educação pública no Brasil. Além de destinar 10% do PIB para o setor, Fernando Marroni defendeu que os royalties arrecadados com a exploração do petróleo na camada pré-sal sejam aplicados integralmente no ensino público.

PINGA-FOGO

Protestos

Otávio Leite (PSDB-RJ) comentou uma carta aberta sobre o sentimento da juventude quanto aos problemas do País. Ele citou como exemplo “o descaso do governo federal com o dinheiro público; a volta da inflação e a falta de infraestrutura na saúde, educação, mobilidade e segurança”. Para o deputado, as manifestações estão contribuindo para dar ao País um futuro melhor.

Reforma política

No entendimento de Ricardo Berzoini (PT-SP), é hora de ouvir as reivindicações da população de uma maneira politizada. O criticou “o deficit de representação no sistema atual” e defendeu a aprovação da reforma política como forma de melhorar os canais de participação entre eleitores e Congresso.

Voto aberto

A Frente Parlamentar em Defesa do Voto Aberto cobrou da Presidência da Câmara a votação da proposta que estabelece o voto aberto no Congresso ainda neste ano. Para Vanderlei Macris (PSDB-SP), a matéria é uma das mais importantes que está em tramitação no Legislativo. Na avaliação do deputado, é necessário que o eleitor saiba a opinião de seus representantes em cada votação.

Assembleia de Deus

Silas Câmara (PSD-AM) registrou os 102 anos da Assembleia de Deus do Brasil. O deputado destacou a celebração da data em Belém (PA), onde a igreja teve início. “Quero homenagear esta instituição centenária, que no Brasil e no mundo faz um trabalho excepcional de resgate de vidas, levando às pessoas o melhor projeto social que o Brasil e o mundo conhecem, que é a salvação em Cristo Jesus”, declarou.

Hotéis no Rio

Para José Stédile (PSB-RS), os altos preços dos hotéis e restaurantes do Rio de Janeiro estão afastando os turistas. O deputado disse que alguns estabelecimentos inflacionaram os preços em até 500%, e alguns hotéis não estão emitindo notas fiscais aos clientes.



Motoristas protestaram na reunião em que foram debatidas mudanças na lei

TRANSPORTES | Hugo Leal diz que texto privilegia empresas e não a segurança das pessoas

Adiada votação de mudanças na lei dos motoristas profissionais

O relatório da comissão especial que analisa mudanças na legislação (Lei 12619/12) que rege o transporte profissional de cargas e passageiros no Brasil pode ser votado na próxima semana, na terça-feira. A votação estava prevista para ontem, mas foi adiada depois que alguns deputados pediram mais prazo para analisar o parecer do relator, deputado Valdir Colatto (PMDB-SC).

Empresas x segurança - Segundo o deputado Hugo Leal (PSC-TJ), o projeto privilegia as empresas em detrimento da segurança dos motoristas. Ele criticou a ampliação prevista de duas para quatro horas do tempo máximo que um motorista pode trabalhar além da sua carga

diária, que é de sete horas, e a falta de infraestrutura de locais de parada para esses profissionais.

“Tudo isso tem que ser debatido no contexto dessa realidade. O que foi aqui apresentado pelo relator foi um verdadeiro absurdo, porque ele retomou [a situação anterior], - quase era uma escravidão ao volante - como sem nenhum tipo de regulamentação”, disse Leal.

Governo - No entanto, Colatto afirmou que o governo está tentando impedir as mudanças porque algumas delas transferem responsabilidades das empresas para o governo.

Entre os pontos está o artigo que prevê que, se o motorista não tiver

condições de fazer uma parada no período previsto, porque a estrada não apresenta condições seguras para isso, ele deve seguir até o final do trajeto, mesmo que ultrapasse o limite de horas na direção.

Colatto defende que a construção e a manutenção de pontos seguros de parada sejam realizadas pelo governo ou pelas concessionárias das rodovias. “Estamos aproveitando a lei para resolver uma série de problemas: as questões do horário, das drogas, das áreas de repouso”.

Greve - Valdir Colatto informou que no dia primeiro de julho está prevista uma paralisação dos motoristas para pressionar o governo por melhores condições nas rodovias.

TRABALHO | Cadastro funcionará para efeito da obtenção do direito ao seguro-desemprego

Comissão aprova critérios para pescador artesanal

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou critérios de enquadramento na categoria de pescador artesanal para efeito da obtenção do direito ao seguro-desemprego no período do defeso (proibição da pesca de determinada espécie).

O texto aprovado, que acrescenta dispositivo à Lei 10.779/03, é um substitutivo aos projetos de lei 1099/11 e 1263/11, ambos do deputado Cleber Verde (PRB-MA).

Pelo substitutivo, o pescador profissional artesanal é quem exerce a atividade, individualmente ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, podendo

atuar de forma desembarcada ou utilizar embarcação pesqueira dentro de algumas especificações.

As propostas pretendiam apenas assegurar o seguro-desemprego, no valor de um salário mínimo mensal, a pescadores profissionais artesanais de camarão que utilizem barcos com menos de quatro metros de comprimento.

No entanto, o relator, deputado Betinho Rosado (DEM-RN), argumentou que, quando o defeso se restringe à frota pesqueira industrial, não há que se falar em pagamento do benefício a pescadores artesanais, uma vez que eles poderiam continuar em atividade. Por isso, ele defendeu o substitutivo do deputa-

do Heleno Silva (PRB-SE), que o antecedeu na relatoria.

Por outro lado, Rosado considera que a legislação atual ainda deixa dúvidas quanto aos fatores que determinam o enquadramento do pescador na categoria artesanal. “O porte da embarcação pesqueira utilizada pode trazer dúvida”, disse o deputado, ao justificar a necessidade de delimitar os parâmetros que caracterizam a atividade.

Tramitação - O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

SEGURANÇA | Segundo a comandante, o último recurso são as balas de borracha e as armas de choque

PM-DF defende arma não letal em protestos

A comandante do Batalhão da Polícia de Choque do Distrito Federal, Cynthia Santos, defendeu ontem o uso de armas não letais para conter os excessos nas manifestações que estão ocorrendo no País. Ela participou da audiência promovida pela Comissão de Segurança Pública da Câmara na qual foi debatida a utilização desse tipo de armamento.

A tenente-coronel explicou que, em manifestações e tumultos no Brasil, a polícia adota a técnica do uso progressivo da força, também utilizada em outros países: começa pela presença ostensiva dos policiais no local, passando para o comando verbal às pessoas. Depois, se necessário, a polícia usa o spray de pimenta e o gás lacrimogênio. Se isso não funcionar, passa para as bombas de efeito moral. O último recurso são as balas de borracha e as armas de choque.

Cynthia Santos destacou que, na manifestação prevista para hoje na Esplanada dos Ministérios, onde são esperadas mais de 40 mil pessoas, a Polícia Militar do DF está preparada para proteger o patrimônio público e para conter os mais exal-



Em manifestações e tumultos, a polícia adota o uso progressivo da força

tados. “Nós utilizaremos todos os mecanismos disponíveis. Não deixaremos nenhum mecanismo para trás”, adiantou a comandante.

Recurso necessário - Também participaram da audiência representantes do Exército, da Secretaria Nacional de Segurança Pública e

da empresa Condor, que fabrica armas não letais. Todos disseram que essas armas são um recurso necessário nos tumultos, pois evitam que a polícia utilize imediatamente as armas letais. Também destacaram a necessidade de treinamento para que os policiais saibam usar as ar-

mas não letais da forma adequada.

Projeto de lei - O presidente da Comissão de Segurança Pública, deputado Otavio Leite (PSDB-RJ), anunciou que vai criar um grupo de trabalho para elaborar um projeto de lei que regulamente o uso das armas não letais. A ideia do projeto foi apresentada pelo deputado Fernando Francischini (PEN-PR). Ele afirmou que uma das finalidades da proposta será conter abusos. “Nós vimos jornalistas que não estavam em situação de agressão levarem tiros de borracha. Jovens que receberam granadas de efeito moral e que estavam distantes do local. Mas, por outro lado, a grande maioria foi o uso de armas não letais que evitou que o pior acontecesse: destruição de prédios públicos e pessoas colocadas em risco”, afirmou. Segundo Francischini, o projeto regulamentará os níveis de uso e de cada tipo de arma não letal.

Portaria do Ministério da Justiça já regulamenta o uso progressivo da força pelas polícias. No entanto, disse Francischini, portaria não tem a mesmo poder de uma lei federal e, por isso, o projeto é necessário.

GRANDES EVENTOS | Especialistas consideram estrutura de exames precária para atender demanda de Copa e Olimpíadas

Entidade prepara plano estratégico contra doping

O diretor da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem, Marco Klein, afirmou ontem que a entidade elaborou um plano estratégico para combater o uso de substâncias proibidas no esporte e que o governo federal deve aportar recursos. Klein participou de audiência pública da Comissão de Turismo e Desporto para debater a atual situação do doping no esporte brasileiro. “Nós precisamos realmente investir muito na informação e na educação, pois dessa forma conseguimos fazer a prevenção”, disse Klein.

Também presidente na audiência, Eduardo de Rose, professor especialista em doping e membro do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), defendeu que é necessário também investir em infraestrutura. “Nós precisaríamos de uma atualização de área física, equipamentos, de instalações e de pessoal”, ressaltou.

Laboratório - Em abril de 2014 será inaugurado, no Rio de Janeiro, o Laboratório de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (Ladetec), que



Romário quer saber se o comitê local da Copa vai pagar pelos exames antidoping

vai examinar os jogadores de futebol. Esse é, porém, um universo pequeno de atletas face à grandiosidade dos Jogos Olímpicos, salientou Eduardo de Rose. “As Olimpíadas nos preocupam, pois nesses jogos são feitos cerca de seis mil controles de doping em 15 dias, então é um ritmo muito pesado para o laboratório”, explicou.

O Ladetec, que funcionará no campus Fundão da UFRJ, será usado depois dos eventos esportivos também para exames forenses, como elucidação de crimes. O laboratório deverá realizar cerca de seis mil exames durante os 15 dias das Olimpíadas do Rio, em 2016.

O presidente da Comissão de Tu-

risimo e Desporto, deputado Romário (PSB-RJ), afirmou que investigará se realmente o COL, comitê organizador local da Copa, é quem vai pagar pela realização dos exames antidoping durante o Mundial de 2014. “O Dr. De Rose afirmou aqui que é o COL, e a gente vai ver se é isso mesmo”, disse Romário.

Exames na Suíça - Igualmente ex-jogador de futebol, o deputado Danrlei de Deus Hinterholz (PSD-RS) defendeu o uso da coleta de sangue para apurar melhor o doping. Danrlei lembrou como era na época em que era goleiro. “No meu tempo de atleta, antidoping começou a ser obrigatório para os jogos, então dois atletas de cada clube faziam o exame, e era aquele exame ainda antigo, de urina, e que infelizmente no Brasil ainda é o principal. Eu acho que, no País, já deveria haver condições de fazer o exame de sangue.”

Para a Copa do Mundo e para as Olimpíadas, os exames de sangue ainda terão que ser analisados na cidade suíça de Lausanne.



QR CODE O código pode ser lido por celulares ou tablets que tenham câmera fotográfica. É preciso baixar um leitor de QR Code no celular. Depois, acionar o programa e direcionar a câmera do celular para o código, que a página de destino abre automaticamente. Há vários leitores gratuitos para cada marca de celular (como o I-nigma para o iPhone). Consulte na internet quais os leitores de código disponíveis para seu celular.